



**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**3º. QUADRIMESTRE DE 2024**

# **Execução Orçamentária e Financeira**

Parágrafo 4º. Artigo 9º. Lei  
LRF101/2000

Artigo 180 – Lei Orgânica  
Municipal

Controle Interno

**EXERCÍCIO 2024**

## SUMÁRIO

<b>Quadro I:</b> – Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação 2024	<b>02</b>
<b>Tabela I:</b> Execução Orçamentária – setembro a dezembro 2023 e 2024	<b>03</b>
<b>Tabela II:</b> Execução Orçamentária – setembro a dezembro 2023 e 2024	<b>04</b>
<b>Tabela III:</b> Composição das Receitas Arrecadadas setembro a dezembro de 2024	<b>05</b>
<b>Tabela IV:</b> Despesas por Função de Governo – setembro a dezembro e acumulado em 2024	<b>06</b>
<b>Tabela V:</b> Demonstr. Execução Despesa p/ cat. econômica e descrição – setembro a dezembro e acumulado no exercício 2024	<b>07</b>
<b>Tabela VI:</b> Gastos com a Educação – acumulados até dezembro 2024	<b>08</b>
<b>Tabela VII:</b> Aplicação recursos do FUNDEB – acumulado até dezembro 2024	<b>08</b>
<b>Tabela VIII:</b> Gastos com a Saúde – acumulados até dezembro 2024	<b>09</b>
<b>Tabela IX:</b> Dos restos a pagar em 31.12.2024, referente a <u>2023</u>	<b>09</b>
<b>Tabela X:</b> Demonstrativo resumido da Receita Corrente Líquida em 31.12.2024	<b>10</b>
<b>Tabela XI:</b> Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal em 31.12.2024	<b>10</b>
<b>Tabela XII:</b> Demonstrativo da Receita, Despesa e Saldo Financeiro até 31.12.2024	<b>11</b>
<b>Tabela XIII:</b> Disponibilidade Financeira em 31.12.2024	<b>11</b>
<b>Tabela XIV:</b> Demonstrativo dos Empenhos Liquidados no exercício até 31.12.2024	<b>11</b>
<b>Tabela XV:</b> Demonstrativo da Dívida Pública Fundada em 31.12.2024.	<b>11</b>
<b>Tabela XVI:</b> Acompanhamento do Repasse de Recurso para o Poder Legislativo Municipal	<b>12</b>
<b>Conclusão e Considerações Finais:</b>	<b>13</b>

# RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

## 3º QUADRIMESTRE DE 2024

### CONTROLADORIA GERAL DO PODER EXECUTIVO DE CONQUISTA - MG

#### 1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA MG FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 3º. QUADRIMESTRE 2024 (quadros comparativos 2023/2024)

O presente relatório foi preparado com vistas ao cumprimento do §4º. do art. 9º. da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que: [...] § 4º. Até o final dos meses de maio, setembro e **fevereiro**, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200, de 2023). Este documento tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura da cidade de Conquista - MG no **3º. Quadrimestre de 2024** (setembro a dezembro), bem como análise do orçamento comparando 2023 e 2024.

#### 1 - QUADRO I COMPARATIVO DAS METAS BIMETRAIS DE ARRECADAÇÃO EXERCÍCIO 2024. Artigo 13 da Lei Complementar 101/2000<sup>1</sup>

Em R\$

BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO <sup>2</sup>	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
1º.	8.666.666,70	8.807.362,45	140.695,75
2º	8.666.666,70	8.352.342,09	-314.324,61
3º.	8.666.666,70	11.278.076,02	2.611.409,32
4º.	8.666.666,70	10.688.216,68	2.021.549,98
5º.	8.666.666,70	9.558.291,53	891.624,83
6º.	8.666.666,50	9.956.140,29	1.289.473,79
<b>TOTAL</b>	<b>52.000.000,00</b>	<b>58.640.429,06</b>	<b>6.640.429,06</b>

<sup>1</sup> Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>>. Acesso em: 14 mar. de 2024. p. 5.

<sup>2</sup> Nota: os valores constantes das metas de cada bimestre no Quadro I, foram extraídos no Sistema Helly campo Relatórios, Anexo LRF, RREO, Anexo IV, sendo estes apurados e lançados pelo Setor Contábil do Poder Executivo.

## 1.1– Execução Orçamentária

**Tabela I - Execução Orçamentária – Setembro a Dezembro - 2023 e 2024**

A execução orçamentária apresentada pela **Tabela I** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas realizadas e das despesas liquidadas em valores acumulados no **Terceiro Quadrimestre do exercício 2024**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2023.

Em R\$

Receitas	Setembro a Dezembro 2023			Setembro a Dezembro 2024		
	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 % AH	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 % AH
Receitas Correntes	56.274.980,00	17.801.809,23	31,63%	51.890.000,00	18.375.014,41	35,41%
Receitas de Capital	520.000,00	2.745.005,41	527,89%	110.000,00	1.139.417,41	1.035,83%
<b>Total da Receita</b>	<b>56.794.980,00</b>	<b>20.546.814,64</b>	<b>36,18%</b>	<b>52.000.000,00</b>	<b>19.514.431,82</b>	<b>37,53%</b>

Em R\$

Despesas	Setembro a Dezembro 2023			Setembro a Dezembro 2024		
	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 % AH	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 % AH
Despesas Correntes	52.257.980,00	18.111.752,04	34,66%	50.004.000,00	20.484.910,16	40,97%
Despesa de Capital	4.497.000,00	1.635.838,45	36,38%	1.956.000,00	4.098.355,54	109,52%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	
<b>Total Despesa</b>	<b>56.794.980,00</b>	<b>19.747.590,49</b>	<b>34,77%</b>	<b>52.000.000,00</b>	<b>24.583.265,70</b>	<b>47,28%</b>
<b>Resultado</b>		<b>+799.224,15</b>			<b>-5.068.833,88</b>	

A arrecadação do Terceiro Quadrimestre de 2024 alcançou **37,53%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa liquidada no mesmo período alcançou um índice de **47,28%** da despesa inicialmente fixada.

## Tabela II - Execução Orçamentária – Janeiro a Dezembro - 2023 e 2024

A execução orçamentária apresentada pela **Tabela II** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas realizadas e das despesas liquidadas em valores acumulados até o **Terceiro Quadrimestre do exercício 2024**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2023.

Em R\$

Receitas	Janeiro a Dezembro 2023			Janeiro a Dezembro 2024		
	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 % AH	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 % AH
Receitas Correntes	56.274.980,00	49.661.643,18	88,25%	51.890.000,00	54.106.862,64	104,27%
Receitas de Capital	520.000,00	3.246.825,41	624,39%	110.000,00	4.533.566,42	4.121,42%
<b>Total da Receita</b>	<b>56.794.980,00</b>	<b>52.908.468,59</b>	<b>93,16%</b>	<b>52.000.000,00</b>	<b>58.640.429,06</b>	<b>112,77%</b>

Em R\$

Despesas	Janeiro a Dezembro 2023			Janeiro a Dezembro 2024		
	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 % AH	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 % AH
Despesas Correntes	52.257.980,00	48.710.879,97	93,21%	50.004.000,00	51.899.558,09	103,79%
Despesa de Capital	4.497.000,00	5.069.643,85	112,73%	1.956.000,00	5.970.448,83	305,24%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
<b>Total Despesa</b>	<b>56.794.980,00</b>	<b>53.780.523,82</b>	<b>94,69%</b>	<b>52.000.000,00</b>	<b>57.870.006,92</b>	<b>111,29%</b>
<b>Resultado</b>		<b>-872.055,23</b>			<b>+770.422,14</b>	

A arrecadação até o Terceiro Quadrimestre de 2024 alcançou **112,77%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa liquidada no mesmo período alcançou um índice de **111,29%** da despesa inicialmente fixada.

Tabela III

### 1.2 Índice de Execução da Receita de setembro a dezembro por origem e composição da receita arrecadada acumulada no exercício 2024.

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA 3º. QUADRIMESTRE DE 2024 (ACUMULADA) Setembro a Dezembro			Receita
	3º Quad.	% por origem AV	% por receita AV	Acumulada
				no Exercício
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>				
IPTU	131.956,02	6,86%		1.122.440,12
IRRF	443.639,79	23,06%		1.130.806,28
IRRF S/ OUTROS RENDIMENTOS	143.287,92	7,45%		330.187,44
ITBI	395.812,68	20,58%		1.874.245,35
ISSQN	722.418,55	37,55%		1.784.042,21
TAXAS	86.601,20	4,50%		466.972,95
<b>TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>1.923.716,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>9,86%</b>	<b>6.708.694,35</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>				
ALUGUÊIS	10.169,46	2,52%		23.058,75
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	380.535,79	94,38%		1.055.633,41
CESSÃO DO DIREITO OPERACIONALIZAÇÃO FOLHA	12.480,89	3,10%		70.514,26
<b>TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>403.186,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,07%</b>	<b>1.149.206,42</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>				
COTA PARTE - FPM	5.480.520,80	34,66%		16.823.968,61
COTA PARTE - FPM 1% Julho 2024	0,00	0,00%		694.437,08
COTA PARTE - FPM 1% Dezembro 2024	1.042.559,64	6,59%		1.042.559,64
COTA PARTE - I T R	1.194.450,55	7,55%		1.292.386,97
COTA PARTE FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO - FEP	127.617,46	0,81%		334.331,15
TRANSF. RECURSOS SUS -FF- Atenção Primária	674.812,30	4,27%		2.466.375,96
TRANSF. REC. B. AÇÕES SERV. SAÚDE ESPECIAL	88.314,79	0,56%		414.930,63
TRANSF.REC. SUS BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE	114.399,24	0,72%		246.431,34
TRANSF. SUS ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	21.572,84	0,14%		58.581,28
OUTRAS TRANSF. RECURSOS SISTEMA SUS	28.261,23	0,18%		51.307,55
SALÁRIO EDUCAÇÃO - QESE	118.322,68	0,75%		352.222,85
TRANSFERÊNCIA FNDE/PDDE	0,00	0,00%		680,00
TRANSFERÊNCIA PROGRAMA NACIONAL PNAE	33.665,40	0,21%		112.218,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNATE	0,00	0,00%		11.668,33
OUTRAS TRANSF. DIRETAS DO FNDE	0,00	0,00%		25.398,30
TRANSF. FUNDO NACIONAL ASSIST. SOCIAL FNAS	28.238,03	0,18%		88.588,03
TRANSF. OBRIGATÓRIA DEC. DA LC Nº. 176/2020	43.121,44	0,27%		129.364,32
TRANSF. LEI 14.399/22 ALDIR BLANC FOMENTO A CULTU	0,00	0,00%		65.209,51
COTA PARTE ICMS	6.889.715,28	43,57%		19.532.413,22
COTA PARTE IPVA	140.789,04	0,89%		1.526.452,02
COTA PARTE IPI	91.773,72	0,58%		244.763,42
COTA PARTE CIDE	4.302,01	0,03%		12.277,72
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFRH	393.584,85	2,49%		1.125.319,82
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFEM	20.930,02	0,13%		67.153,44
TRANSF. REC. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	294.959,17	1,87%		1.504.242,31
TRANSF. ESTADOS DESTINADAS A ASSIST. SOCIAL	25.000,00	0,16%		60.000,00
TRANSF. REC. PROGRAMAS EDUCAÇÃO	5.501,76	0,03%		51.889,02
FUNDEB	1.708.603,20	10,81%		5.177.476,13
DEMAIS TRANSF.DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00%		91.894,11
<b>REDUTORA DO FUNDEB</b>	<b>-2.759.449,25</b>	<b>-17,45%</b>		<b>-7.884.323,48</b>
<b>TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>15.811.566,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>81,02%</b>	<b>45.720.217,28</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>				
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUD.	0,00	0,00%		0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	109.844,51	46,44%		199.951,63
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	126.701,40	53,56%		328.792,96
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>236.545,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,21%</b>	<b>528.744,59</b>
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.375.014,41</b>		<b>94,16%</b>	<b>54.106.862,64</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	121.351,00	10,65%		121.351,00
ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
<b>TRANSF. DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES</b>				
TRANSF. CONV. PROGRAMA INFRAE. E TRANSPORTE	481.104,00	42,22%		1.436.104,00
TRANSF. ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	0,00%		1.300.000,00
<b>TRANSF. ESTADOS D.F. E DE SUAS ENTIDADES</b>				
TRNSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	412.023,50	36,16%		451.172,51
TRANSF. CONV. ESTADOS PROG. INFRAE. TRANSPORTE	0,00	0,00%		300.000,00
OUTRAS TRANSF. RECURSOS DOS ESTADOS	124.938,91	10,97%		924.938,91
<b>TOTAL RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.139.417,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,84%</b>	<b>4.533.566,42</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>19.514.431,82</b>		<b>100,00%</b>	<b>58.640.429,06</b>

As receitas do Município são representadas pelas receitas tributárias (impostos e taxas municipais), que correspondem a **9,86%** do total das receitas arrecadadas, sendo que destas se destacaram

neste quadrimestre com maior índice de pontos percentuais o IRRF, ITBI e ISSQN, as receitas patrimoniais que neste período representam **2,07%** do total arrecadado; as transferências correntes que juntas representam **81,02%** do total arrecadado, sendo que destas se destacam com maior índice o FPM, ICMS e FUNDEB; as outras receitas correntes que totalizaram **1,21%** do total arrecadado, e a Receita de Capital que neste Terceiro Quadrimestre 2024 representou **5,84%**.

**1.3- Índices de Execução da Despesa por Função de Governo:** A função é representada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.<sup>3</sup>

**Tabela IV – Despesa liquidada no 3º. Quadrimestre 2024 e valor acumulado até este período.**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>3º. Quadrimestre Setembro a Dezembro 2024</b>	<b>% Execução Quadrimestre - AV</b>	<b>Execução Acumulada no Ano 2024</b>	<b>% Exec. acum. em relação a Dotação atualizada - AH</b>
Legislativa	3.112.000,00	1.221.881,27	4,97%	<b>2.740.270,74</b>	88,05%
Judiciária	727.227,00	391.272,16	1,59%	<b>681.614,73</b>	93,73%
Administração	15.566.301,06	5.933.856,64	<b>24,14%</b>	<b>14.238.789,27</b>	91,47%
Segurança Pública	508.835,50	198.350,00	0,81%	<b>469.600,00</b>	92,29%
Assistência Social	1.997.890,00	685.677,33	2,79%	<b>1.704.641,58</b>	85,32%
Saúde	18.710.977,56	7.801.820,17	<b>31,74%</b>	<b>17.738.527,30</b>	94,80%
Educação	14.125.000,57	5.065.208,47	<b>20,60%</b>	<b>13.210.475,77</b>	93,53%
Cultura	1.136.243,49	586.764,94	2,39%	<b>1.019.318,86</b>	89,71%
Urbanismo	6.283.118,22	1.889.461,65	7,69%	<b>4.049.908,44</b>	64,46%
Habitação	1.000,00	0,00	0,00%	<b>0,00</b>	0,00%
Saneamento	271.501,55	27.999,75	0,11%	<b>271.347,75</b>	99,94%
Gestão Ambiental	523.184,56	357.607,15	1,45%	<b>462.395,80</b>	88,38%
Agricultura	515.270,00	122.615,08	0,50%	<b>397.248,65</b>	77,10%
Comércio e Serviços	67.190,00	28.779,67	0,12%	<b>48.295,73</b>	71,88%
Transporte	409.458,40	130.083,69	0,53%	<b>377.439,87</b>	92,18%
Desporto e Lazer	477.027,35	141.887,73	0,58%	<b>460.132,43</b>	96,46%
Reserva de Continuação	10,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>64.432.235,26</b>	<b>24.583.265,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>57.870.006,92</b>	89,82%

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado foram a Administrativa (**24,14%**), Saúde (**31,74%**), Educação (**20,60%**) e Urbanismo (**7,69%**).

<sup>3</sup> STN Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>>>. MCASP 10ª. Edição. p. 76. Acesso em 28 de mai. de 2024.

**Tabela V – Demonstrativo da Execução da Despesa por Elemento e Categoria Econômica no 3º. Quadrimestre de 2024.**

A tabela V acima mostra a variação em percentuais da despesa executada no Terceiro Quadrimestre de 2024, com ênfase nas principais aplicações em relação ao total executado, bem como o índice realizado em relação ao orçamento atualizado.

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ATUALIZADA P/ 2024	EXECUTADA - Setembro a Dezembro 2024	% por Elemento da Despesa AV	% p/ Categ. Econômica	% em relação a Despesa atualizada AH	EXECUTADA ACUMULADA NO ANO 2024
<b>DEPESAS CORRENTES</b>						
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>28.840.690,12</b>	<b>11.000.697,50</b>	<b>53,70%</b>		<b>38,14%</b>	<b>27.757.397,39</b>
Aposentadorias e reformas	40.000,00	14.120,00	0,07%		35,30%	36.712,00
Pensões	41.365,00	13.938,77	0,07%		33,70%	39.636,85
Contrato p/ tempo determinado	5.887.455,19	2.320.085,14	11,33%		39,41%	5.766.088,43
Vencimentos e Vantag. Pessoal civil	16.385.863,32	6.157.062,77	30,06%		37,58%	15.949.074,72
Obrigações patronais	2.224.902,00	701.717,47	3,43%		31,54%	1.813.030,94
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	2.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	4.257.104,61	1.793.773,35	8,76%		42,14%	4.152.854,45
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26.951.140,06</b>	<b>9.484.212,66</b>	<b>46,30%</b>		<b>35,19%</b>	<b>24.142.160,70</b>
Juros sobre a Dívida por Contrato	10,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Auxílios	1.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Contribuições	781.731,30	156.559,31	0,76%		20,03%	742.996,80
Subvenções Sociais	1.419.357,00	362.565,34	1,77%		25,54%	1.417.829,83
Rateio participação em consórcio	13.000,00	4.673,76	0,02%		35,95%	12.946,26
Contratação por Tempo Determinado	2.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	1.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Diária Pessoal Civil	103.995,00	16.575,00	0,08%		15,94%	80.462,50
Auxílio Financeiro ao Estudante	1.212.066,00	532.373,65	2,60%		43,92%	1.186.881,45
Material de Consumo	2.875.442,36	862.541,12	4,21%		30,00%	2.354.454,71
Premiações Culturais, Artísticas e Científicas	24.147,48	0,00	0,00%		0,00%	23.147,48
Material Bem ou Serv. Distribuição gratuita	1.656.727,70	583.963,20	2,85%		35,25%	1.374.735,71
Passagem e Despesas com locomoção	18.211,00	0,00	0,00%		0,00%	1.705,20
Serviço de Consultoria	848.744,43	310.234,09	1,51%		36,55%	765.736,22
Outros Serv.Terceiros de Pessoa Física	285.232,00	62.279,38	0,30%		21,83%	252.300,22
Outros serv.Terceiros de Pessoa Jurídica	13.670.407,30	5.319.170,10	25,97%		38,91%	12.231.846,48
Serviço Tecnol. Informação e Comunicação	585.300,00	198.284,74	0,97%		33,88%	544.039,21
Contribuições	10,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Auxílio Alimentação	2.074.800,00	783.497,51	3,82%		37,76%	2.018.657,70
Obrigações Tributárias e Contributivas	629.500,00	187.559,24	0,92%		29,79%	514.669,84
Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas	210.706,02	30.100,00	0,15%		14,29%	104.222,46
Sentenças Judiciais	48.049,00	955,00	0,00%		1,99%	47.239,79
Despesas de Exercícios Anteriores	84.850,00	0,00	0,00%		0,00%	77.704,94
Indenizações e Restituições	404.853,47	72.881,22	0,36%		18,00%	390.583,90
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>55.791.830,18</b>	<b>20.484.910,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>83,33%</b>	<b>36,72%</b>	<b>51.899.558,09</b>
<b>DEPESAS DE CAPITAL</b>						
Auxílios	217.848,91	127.821,07	3,12%		58,67%	217.821,07
Material de Consumo	132.133,55	55.167,49	1,35%		41,75%	125.103,89
Outros Serv. Terceiros PF	2.110,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Serv. Terceiros PJ	21.690,00	15.000,00	0,37%		69,16%	15.000,00
Obras e Instalações	7.351.405,68	3.543.900,09	86,47%		48,21%	4.857.854,04
Equip. e Material Permanente	694.778,91	282.494,62	6,89%		40,66%	538.925,65
Aquisição de Imóveis	3.825,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Indenizações e Restituições	190,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	216.403,03	73.972,27	1,80%		34,18%	215.744,18
Sentenças Judiciais (precatórios)	10,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
<b>TOTAL DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>8.640.395,08</b>	<b>4.098.355,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>16,67%</b>	<b>47,43%</b>	<b>5.970.448,83</b>
Reserva de Contingência	10,00	0,00				0,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>64.432.235,26</b>	<b>24.583.265,70</b>		<b>100,00%</b>	<b>27,18%</b>	<b>57.870.006,92</b>

#### 1.4 - Tabela VI - Aplicações Constitucionais no setor de Educação.

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006 e EC 59/2009.

Lei 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.<sup>4</sup>

IN TCE/MG – IN 05/2012 – 002-2021- 002/2022

Acumulado até Dezembro	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2024			Pago CO 1001	
	47.398.702,36	11.849.675,59	12.826.432,51	27,06%
			Liquidado CO 1001	
	47.398.702,36	11.849.675,59	12.866.570,05	27,15%

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de dezembro 2024 foram de **27,15%** (por cento) da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais considerando a despesa liquidada e, **27,06%** (por cento) considerando a despesa paga.

#### 1.5 – Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – (CR, Art. 212A, ADCT, Art. 60) c/c EC 108/2020.

Lei nº. 14.113/2020 e alterações (novo Fundeb) e Lei nº. 14.276/2021<sup>5</sup>

IN TCE/MG 005/2012 - 002/2021 – 002/2022 E DN TCE/MG 001/2023.

#### Tabela VII – FUNDEB

<b>Saldo disponível em 31/12/2023 Regularizado</b>	<b>R\$ 74.475,87</b>
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR acumulado até Dezembro/2024.</b>
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	<b>R\$ 5.199.224,30</b>
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO Código/Fonte 1 e 2.540 (B)	<b>R\$ 5.156.424,04</b>
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA Código/Fonte 1.540 (C)	R\$ 5.082.181,48
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/12/2024</b>	<b>R\$ 117.276,13</b>
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO 70%, art.. 26, Lei 14.113/2020 (C/A)	<b>97,75%</b>
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ 31/12/2024 - (código 1, fonte 1.540, CO 1070) COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO . (D)	R\$ 5.082.181,48
IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO CONSIDERANDO DAS DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ 31.12.2024. (D/A)	<b>97,75%</b>

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício com recursos do FUNDEB atingiram o limite de **97,75%** (por cento) da receita arrecadada considerando a despesa paga e **97,75%** (por cento) considerando a despesa liquidada. De acordo com o comando do art. 26 da Lei 14.113/2020, proporção não inferior a 70% dos recursos anuais totais dos Fundos (art. 1º.), será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais da educação básica em efetivo exercício de suas atividades nas redes de ensino. De acordo com o inciso II, §1º., artigo 26 da Lei 14.113/2020, incluído pela Lei 14.276/2021, considera-se profissionais da educação básica:

<sup>4</sup> Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>>. Acesso em: 19 set. 2023.

<sup>5</sup> Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14276.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14276.htm)>>. Acesso em: 20 set. 2023. p. 13.

*docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica; (Redação dada pela Lei nº 14.276, de 2021)*

**1.6 - Tabela VIII – SAÚDE – Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.  
Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e art. 7º. da Lei 141/2012.<sup>6</sup>  
IN TCE/MG 008/2011 e IN 005/2012**

**Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde.**

TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro/2024
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	45.661.705,64
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - DESPESAS PAGA CO 1002 (B)	10.257.600,26
VALOR MÍNIMO A APLICAR ( C )	6.849.255,85
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE DA DESPESA PAGA (B/A)	<b>22,46%</b>
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - DESPESAS LIQUIDADADA CO 1002 (B)	10.299.711,50
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE DA DESPESA LIQUIDADADA (B/A)	<b>22,56%</b>

Até o 3º. quadrimestre de 2024, o Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **22,46%** (por cento) das receitas de impostos e transferências constitucionais considerando a despesa paga e, **22,56%** considerando a despesa liquidada.

**1.7 - DOS RESTOS A PAGAR**

**Tabela IX – Restos a pagar processados referentes ao Exercício 2023.**

RESTO A PAGAR DE 2023 (empenhos liquidados)	PAGO em 2024 referente a 2023	Cancelamento de restos a pagar inscritos 2023	VALOR A PAGAR DE 2023
<b>1.609.354,38</b>	<b>1.604.917,60</b>	<b>0,00</b>	<b>4.436,78</b>

A Prefeitura em 31 de dezembro de 2023 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 1.609.354,38. Até 31 de dezembro de 2024 foram pago o montante de R\$ 1.604.354,38. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000<sup>7</sup>**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, **nos últimos dois quadrimestres do seu mandato**, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. O parágrafo único deste artigo estabelece que na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

<sup>6</sup> Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm)>> p. 3 – Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>7</sup> Disponível em<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 23 set. 2024. p. 18.

## 1.8 – Controle de Gastos com Pessoal

### Tabela X

#### Demonstrativo Resumido - Receita Corrente Líquida, (3º. quadrimestre acumulado 2024).

Artigo 2º., parágrafo 3º. da Lei 101/2000.<sup>8</sup>

Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência Dezembro/2024	%
Impostos, Taxas e Contribuições (tributária)	6.708.694,35	12,71%
Receita Patrimonial	1.149.206,42	2,18%
Transferências Correntes	53.604.540,76	101,56%
Outras Receitas Correntes	528.744,59	1,00%
<b>(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB</b>	<b>-7.884.323,48</b>	<b>-14,94%</b>
(-) Deduções emendas individuais § 1º., art. 166-A CR/88	-500.564,80	-0,95%
(-) Deduções emendas de bancada § 16, art. 166 CR/88 e vencimentos agentes comunitários de Saúde e combate às Endemias § 11, art. 198 da CR/88.	-822.779,20	-1,56%
<b>Receita Corrente Líquida em 31.12.2024</b>	<b>52.783.518,64</b>	<b>100,00%</b>

### Tabela XI – Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

Artigo 18, parágrafo 2º. da Lei 101/2000.<sup>9</sup>

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES DO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	DEZEMBRO/2024	52.783.518,64
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		21.101.855,27
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		<b>39,98%</b>

A tabela XI acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **39,98%** da receita corrente líquida arrecadada, abaixo do limite prudencial previsto no parágrafo único do art. 22, e abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme artigo 19 c/c com o artigo 20 da Lei LRF 101/2000.

**NOTA:** Conforme os valores apurados acima verificam-se que neste período em análise (**3º. Quadrimestre de 2024**), o dispêndio com pessoal encontra-se com percentual dentro dos parâmetros (*ditames art. 22*), estabelecidos pela Lei nº. 101/2000.

**Alerta da Controladoria:** se a despesa com pessoal exceder 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art. 20, III, b), deverão ser observadas as vedações dispostas no artigo 22 c/c 23 da Lei 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas de caráter continuado deverão atender ao disposto nos artigos 16,17 e estrita observância às vedações do artigo 21 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, além de observar as vedações do período eleitoral Lei nº. 9.504/97 e demais legislação de regência.

<sup>8</sup> Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>> p. 1 e 2. Acesso em 23 set. 2024.

<sup>9</sup> Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>> p. 7. Acesso em 23 set. 2024.

1.9 – Demonstrativos das Receitas, Despesas e Saldo Financeiro no Terceiro Quadrimestre do exercício 2024.

Tabela XII DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA e SALDO FINANCEIRO – Consolidado:

EXERCÍCIO	RECEITAS REALIZADA		TOTAL RECEITAS	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL DESPESAS	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM 31.08.2024	ENTRADAS Total 2024	RETIRADAS Total 2024	SALDO DISPONÍVEL EM 31.12.2024
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIAS	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS						
2024	19.514.431,82	2.980.510,36	22.494.942,18	24.932.915,07	3.054.691,47	27.987.606,54	-5.492.664,36	14.977.126,36	40.416.793,84	45.909.458,20	9.484.462,00
3º. Quad.	19.514.431,82	2.980.510,36	22.494.942,18	24.932.915,07	3.054.691,47	27.987.606,54	-5.492.664,36	14.977.126,36	40.416.793,84	45.909.458,20	9.484.462,00
Acumulado no Exercício	58.640.429,06	8.131.471,07	66.771.900,13	57.443.169,39	12.123.450,55	69.566.619,94	-2.794.719,81	31.12.2023 12.279.181,81	109.094.940,39	111.889.660,20	9.484.462,00

Tabela XIII - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31.12.2024

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	1.540.646,82
Banco conta movimento - Câmara	196.593,17
Banco contas vinculadas - Prefeitura	7.747.222,01
<b>Saldo disponível em 31.12.2024</b>	<b>9.484.462,00</b>

Tabela XIV - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR EM 31.12.2024

DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	VALOR R\$
Empenhos liquidados em 2024 -PROCESSADOS - PREFEITURA	425.038,77
Empenhos liquidados em 2024 - PROCESSADOS - CÂMARA	1.798,76
<b>Total liquidados a pagar em 31.12.2024</b>	<b>426.837,53</b>

Tabela V - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA EM 31.12.2024 - (INSS)

Saldo Anterior 31.12.2023	Emissão	Atualização	Resgate Amortização	Cancel.	Saldo atual em 31.12.2024
2.038.421,81	0,00	137.339,54	215.744,18	0,00	<b>R\$ 1.960.017,17</b>

**1.10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO I, ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE ANUAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.<sup>10</sup>**

**Tabela XVI – ACOMPANHAMENTO DO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO <b>2024</b>	<b>3.165.882,12</b>
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	45.226.887,39
<b>% REPASSE</b>	<b>7%</b>

Receita Tributária + Transferências

Os repasses que foram efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2024, corresponderam a 7% (inciso I, art. 29A CR/88) da arrecadação do Município (7% até 100.000 habitantes) no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. A estimativa mensal de repasse foi de **R\$ 263.823,51**. Até 20 de dezembro/2024 o valor do duodécimo corresponderia em repasse no montante de **R\$ 3.165.882,12**. Até o dia 20 do mês de **Dezembro/2024** foram repassados o montante total de **R\$ 2.962.528,38**. A diferença no valor de **R\$ 203.353,74** no repasse do duodécimo em 2024, corresponde a compensação de saldo financeiro existente em conta bancária do Poder Legislativo em **31/12/2023** (conforme comunicado do CI em 30.10.2024 e memória de cálculo enviada pela empresa ESCAL em 08.11.2024), em conformidade com o disposto no §3º., art. 3º. da Instrução Normativa nº. 008/2003TCEMG e §2º., Art. 168 caput da CR/88.

**Orienta** este Controle Interno *Ad Cautelam*, sempre interação e alinhamento entre os Setores da Contabilidade e Financeiro de e ambos os Poderes Legislativo e Executivo, afim de apurarem com exatidão e precisão os valores financeiros, quando, e se houver necessidade de compensação no repasse do duodécimo **em 2025**, objetivando observar os dispositivos constitucionais, em especial os incisos I e III do §2º., art. 29-A da CR/88, cumprindo assim com precisão, o comando do inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A c/c o parágrafo 2º., artigo 168, todos da Carta Constitucional **CR/88**.

<sup>10</sup> Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>> pág. 19. Acesso em 20 set. 2023.

## CONCLUSÃO

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais no Terceiro Quadrimestre do exercício de **2024**, elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase a aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, porém, destacamos que: a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à administração, nos termos da Constituição da República, arts. 31 e 74; destacamos que o Controle Interno não é uma pessoa, e sim um Sistema em que todos são responsáveis, cada um dentro das suas especificações, atribuições e área de atuação; a responsabilidade no controle de cada Setor segue hierarquicamente cada responsável ou chefia e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; a responsabilidade do Sistema de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos servidores encarregados de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de Controle Interno, tendo por objetivo possuir ações preventivas antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o artigo 37, seus incisos e parágrafos. A função da Controladoria é acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas, zelando pela boa governança e pela redução dos riscos.

### Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno de Conquista foi criado pela Lei Municipal nº. 1022/2011, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise **setembro a dezembro de 2024**, a Controladoria Geral do Poder Executivo cumpre uma das suas tarefas, qual seja o acompanhamento da apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais.

Com estas breves considerações a Controladoria do Poder Executivo do Município de Conquista Estado de Minas Gerais, espera contribuir para a leitura dos demonstrativos que compõe as Prestações de Contas da Gestão Municipal, oferecendo maior transparência às finanças municipais, e cumpre a legislação vigente Artigo 180 da Lei Orgânica Municipal e no § 4º. Artigo 9º. da LRF 101/2000, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.

- Por fim, ressalta-se que a Audiência Pública de metas fiscais é mecanismo legal decorrente do princípio da publicidade, visando sem dúvidas a trazer ao conhecimento da sociedade a forma como o Poder Executivo está gerindo o dinheiro público.

É instrumento que atende, especialmente, aos princípios do estado democrático de direito.

## CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

**Art. 73.** A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.<sup>11</sup>

(...)

Data base das informações: 31.12.2024.

Realização:

Conquista, 28 de fevereiro 2024.

**Ângelo Tizo Roncolato Junior**  
Controlador Interno

### Responsáveis no período da Execução:

### Administração atual:

**Danylowa Caribe Ferraz**  
Secretaria Municipal de Fazenda

**Fabiano Erik Lorena**  
Secretaria Municipal de Fazenda

**Lorena Guarato de Oliveira Carrijo**  
Contadora

**Lorena Guarato de Oliveira Carrijo**  
Contadora

**Angela Cristina Aleixo**  
Contabilidade

**Tamires Lange Portes**  
Assessora da Secretaria de Fazenda

**Maria Aparecida Campanati**  
Tesouraria

**Bráulio Queiroga de Moura Filho**  
Prefeito Municipal  
Atual

**Vera Lúcia Guardieiro**  
Prefeita Municipal  
À época das informações

<sup>11</sup> MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado de Minas Gerais. 33. Ed. – Belo Horizonte, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, [2024]. Disponível em: <https://space.almg.gov.br/bitstream/11037/52714/1/CE%20Atualizada%202024-02-33%20atual-Fevereiro.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024. p. 75.